

## ATUAÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DE MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE NOS ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL

*TEACHER'S ACTION CONCERNING SEXUAL MANIFESTATIONS OF MENTAL DEFICIENT STUDENTS*

Marcos Ribeiro de MELO<sup>1</sup>

Maria Stela de Araújo de Albuquerque BERGO<sup>2</sup>

**RESUMO:** o artigo relata e analisa os resultados de uma investigação junto às escolas da rede estadual de ensino na cidade de Aracaju, na qual se buscou analisar relatos sobre a atuação de uma amostragem de professores dessa rede de ensino, junto aos alunos portadores de deficiência mental, em classes especiais ou inclusivas, frente à questão da Educação Sexual, tanto presente na formação desses professores, quanto ao lidar no cotidiano com o tema. Foram entrevistados quinze professores e, na análise de conteúdo das respostas, constatou-se que a realidade presente no dia-a-dia do professor de crianças, adolescentes e adultos portadores de deficiência mental deixa-o perplexo, confuso, evasivo nas respostas e sem metas pedagógicas definidas quanto ao assunto. Diante disso, conclui-se que há necessidade urgente de uma preparação adequada, compensatória das lacunas na formação acadêmica do professor, para lidar com a sexualidade do aluno no cotidiano escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação sexual; formação do professor; temas transversais.

**ABSTRACT:** This article analyses the results of an investigation made in Aracaju public schools with teachers who are dealing with mental deficient students. The participants (15) were asked about how they deal with sexual education and sexual manifestation of their students from special or inclusive classes taking into consideration the teacher's formation and their class routine. The results show lack of preparation by the teachers since the reactions are evasive and have no methodological patterns. It is concluded that there is an urgent need of an appropriate preparation to compensate the lacks in the teachers' academic formation to deal with that subject.

**KEYWORDS:** sexual education; teachers' education.

### INTRODUÇÃO

Este artigo aborda os resultados parciais de uma pesquisa em andamento junto às escolas da rede estadual de ensino na cidade de Aracaju. Delimitou-se como seu principal objetivo a investigação da atuação<sup>3</sup> de uma amostragem de professores da rede estadual de ensino de Sergipe, que lecionam na cidade de Aracaju, em relação à educação sexual dos alunos portadores de deficiência mental. Faz-se necessário advertir que em nenhuma das escolas visitadas havia a implantação formal da *Orientação Sexual* como tema transversal como determinam os PCNs.<sup>4</sup> Partiu-se então

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe - demelo-se@uol.com.br

<sup>2</sup> Núcleo de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. - : stebergo@infonet.com.br.

<sup>3</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais, MEC, 1998.

<sup>4</sup> Toma-se aqui o termo *atuação* dentro da mesma compreensão do conceito de *atitude* exposto por Nunes e Silva (2000:113), definido como um "conjunto intencional de atos ou ações, fundados em concepções e valores preliminares que os justificam e legitimam, muito além dos estreitos limites da facticidade dos meros atos casualísticos, presos a uma pragmática do existir." Dessa forma as atuações dos professores são condicionadas por um sistema de crenças e estratégias perceptuais resultantes de uma construção/prática social.

do pressuposto, defendido por Dall'Alba (1992), de que há uma educação sexual assistemática e informal acontecendo dentro das escolas, formando pessoas "dentro de visão tradicional, preconceituosa, negativista." (DALL'ALBA, 1992, p. 62)

## A EDUCAÇÃO SEXUAL

A Orientação Sexual ou Educação Sexual, como prefiro me referir ao tema, foi incluída oficialmente na configuração dos currículos nacionais através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, produzidos a partir da promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 20/12/1996).

Todavia, desde o final do século XIX, a sexualidade vem sendo alvo de discussões no campo da educação. Após a análise de algumas teses de doutoramento da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX, Gondra (2000) afirma serem tais documentos, exemplares do "interesse privilegiado da medicina/higiene pelo tema educacional, elegendo como principal aspecto a ser observado no sentido de se produzir um homem e uma sociedade regenerados." (GONDRA, 2000, p.92).

No entanto, é nas primeiras décadas do século XX, "momento em que as exigências de universalização do ensino primário colocam em pauta a necessidade de configuração de uma organização pedagógica racional" (ROCHA, 2000, p. 2), que se dão com maior vigor as estratégias higienização da escola elaboradas pelos médicos-higienistas, nesse momento inspirados pelos ideais republicanos de ordenação social.

Comparativamente à abordagem que o tema foi desenvolvido ao longo da história da Educação, acima relatado, é hoje verificado comumente, nos relatos do cotidiano do professor, ser usual o fato de as escolas abordarem a sexualidade através do estudo da reprodução humana na disciplina Ciências.

Todavia, não podemos caracterizar tal abordagem como um trabalho de Educação Sexual por duas razões: em primeiro lugar, por haver uma limitação a explicações anatomo-fisiológicas; e, em segundo, por ser esta uma limitada compreensão do que é a sexualidade humana. Segundo Nunes e Silva (2000, p. 74) não podemos reduzir "nossa compreensão da sexualidade humana a uma manifestação instintiva. Aliás, falar em dimensão instintiva ou reduzir a esfera da sexualidade humana a uma mera dimensão animal, natural ou reprodutiva é precisamente tirar dela sua dimensão mais cara e significativa, até mesmo sua espiritualidade". A sexualidade é uma dimensão humana que perpassa a subjetividade e a sociedade, constituindo um campo de saberes que se articulam através da produção de conhecimentos com base exclusivamente humana de afetividade e erotismo. Ela não trata de uma dimensão secundária, ainda segundo Nunes e Silva (2000), mas de uma marca única do homem, uma característica somente desenvolvida e presente na sua condição cultural e histórica.

Além disso, na primeira metade do século XX o conceito de deficiência se encontrava ligado a pressuposições de inatismo, sendo sua etiologia orgânica, com aparecimento logo no início do desenvolvimento infantil e com evolução previsível.

A abordagem médica que se centrava na deficiência e não nas potencialidades dos indivíduos deficientes foi cedendo espaço ao enfoque voltado para o meio ambiente natural, onde a criança portadora de necessidades especiais é analisada em suas relações complexas como as forças ambientais. Esta perspectiva desloca o foco da deficiência na pessoa para todo o contexto sócio-político-econômico-cultural e, portanto, educativo. (BERGO, 2000, p. 46)

Atualmente, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Educação Sexual engloba:

[...] as relações gênero, o respeito a si mesmo, e ao outro, a diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (BRASIL,1998, p. 287)

É clara a preocupação com a ética e com o exercício da cidadania existente na proposta supracitada. A Orientação Sexual, como tema transversal, destina-se ao ensino fundamental, especificamente às séries do terceiro e quarto ciclo. Os parâmetros curriculares definem que é a partir da quinta série do ensino fundamental que “os questionamentos, exigindo progressivamente a discussão de temas polêmicos...” (BRASIL,1998, p.287). Se há essa preocupação na proposta com a educação sexual dentro do ensino regular, não podemos dizer o mesmo em relação à educação destinada ao portador de necessidades educativas especiais (PNEE). A tendência mundial de inclusão dos PNEE em salas de aula regulares não exclui a necessidade de diferentes estratégias pedagógicas para que esse aluno tenha acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborado e reconhecido como necessário ao exercício da cidadania. Diante disso, nos indagamos sobre como vêm sendo realizadas as ações docentes diante das manifestações sexuais dos alunos portadores de deficiência mental.

## **MÉTODO**

### **PARTICIPANTES**

Foram entrevistados 15 professores (denominados S1, S2, S3, S4, S5...S15) que lecionavam em classes especiais e classes regulares onde foram implantados programas de inclusão. O tempo de contato dos professores com a educação especial variou de 1 a 22 anos. Durante a fase de validação do questionário foram entrevistados 4 professores, que continuaram fazendo parte da amostragem analisada.

### **INSTRUMENTO**

Utilizou-se, durante as entrevistas, um questionário semi-estruturado com 10 questões, validado em fase preliminar. O questionário focalizava aspectos como: a formação do professor, a sexualidade do deficiente mental, a educação sexual do

deficiente mental e as atuações dos professores diante das manifestações sexuais. Com base nesses aspectos, foram criadas quatro categorias de análises das respostas obtidas: Visões sobre a sexualidade do deficiente mental, As atuações diante de manifestações sexuais e A formação dos Professores

## PROCEDIMENTO

As entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador, que se dirigiu às instituições por meio de uma lista de escolas públicas estaduais cedida pela Divisão de Educação de Aracaju (DEA). Foram visitadas 4 escolas. Era solicitado à direção ou coordenação a possibilidade de se falar com os professores em horário de intervalo. Após a permissão concedida, o pesquisador perguntava aos professores sobre a possibilidade de concessão de uma entrevista sobre sua atuação em relação à educação sexual dos portadores de deficiência mental. As entrevistas foram realizadas em horários estabelecidos pelos professores, acontecendo nos horários do recreio ou após o término das aulas.

Todas as entrevistas foram gravadas em fita cassete, ocorrendo isso com a permissão do entrevistado. Após a transcrição das entrevistas, foram feitas análises quantitativas e qualitativas. A análise qualitativa baseou-se na técnica denominada Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1997).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### A) VISÕES SOBRE A SEXUALIDADE DO DEFICIENTE MENTAL

A literatura que aborda a questão da sexualidade dos portadores de deficiência mental (LIPP, 1986; ASSUMPCÃO E SPROVIERI, 1987; DALL'ALBA, 1992; GLAT, 1996; FREITAS, 1997; DENARI, 2002), é consoante em afirmar que há um desconhecimento a respeito da sexualidade dos deficientes mentais, tanto por parte da família, como também por parte dos profissionais, sejam eles médicos, professores, psicólogos e pedagogos. Há uma visão, geralmente patologizante, da sexualidade dos portadores de necessidades especiais, principalmente dos deficientes mentais. Qualquer manifestação sexual, por mais simples que seja, até mesmo um abraço, pode ser interpretada como perversa, anormal, doentia, uma exacerbação sexual.<sup>5</sup>

Segundo Glat (1996, p. 13), essa postura por parte dos profissionais está baseada no modelo clínico que permeia a educação especial, que diferencia qualitativamente o PNEE das outras pessoas de sua faixa etária e grupo social, estando essa diferença baseada nas condições orgânicas intrínsecas que geram nele a anormalidade. "Partindo deste pressuposto, todas as suas atitudes ou comportamentos – incluindo a sexualidade – são considerados potencialmente anormais."

<sup>5</sup> Segundo Laloni (1997, p. 192) a exacerbação sexual é caracterizada por comportamentos sexuais desviantes com alteração na frequência, no ambiente, no tempo, na escolha do parceiro e no contexto social.

Dentre os professores entrevistados, houve um número bastante significativo de conceituações a respeito da sexualidade do deficiente mental, sendo computadas 13 categorias de respostas, a partir dos quatro tipos de questões descritos nos Instrumentos. Somente 23,5% dos entrevistados considera ser a sexualidade do deficiente mental "normal", outros 20,5% denominaram a sexualidade como "sem limites/sem controle", 11,7% identificou um "interesse exacerbado na sexualidade" por parte dos deficientes mentais, 8,8% via a sexualidade deles como "ingênua/inocente", 5,8% perceberam uma "sexualidade aguçada" e outros 8,8% afirmou que os deficientes mentais "não apresentavam curiosidade sexual". Também houve a concepção da sexualidade como "anormal" (2,9%), "violenta" (2,9%), "tardia" (2,9%), "desligada de afetividade" (2,9%), "sexualmente carentes" (2,9%), "sexualmente ansiosos" (2,9%).

Esses dados corroboram as afirmações da literatura que trata do assunto, de que o professor tem uma visão patológica da sexualidade desses alunos, classificando-a, por vezes, como descontrolada e sem limites, ou como ingênua ou inexistente. De acordo com Glat (1996, p.15) "este estereótipo do deficiente mental como sexualmente agressivo, ou então assexuado, é uma extensão da visão popular do deficiente como "um ser demoníaco" ou como "uma eterna criança", respectivamente."

É através desses vários conceitos distorcidos a respeito da sexualidade do deficiente mental, que vai se constituir a lente pela qual o professor vê e busca compreender as manifestações sexuais do seu aluno, estabelecendo estratégias pedagógicas de intervenção para o trabalho com os deficientes.

#### **B) AS ATUAÇÕES DIANTE DE MANIFESTAÇÕES SEXUAIS**

Das 15 professoras entrevistadas apenas uma não conseguiu identificar em suas intervenções algum trabalho que pudesse ser classificado por "educação sexual". Em suas próprias palavras: *"Ainda não cheguei a trabalhar com eles por esse lado, porque você observa neles esse ingênuo, aí não adianta trabalhar a sexualidade se ele tem esse lado ingênuo ainda."* Além disso, a professora afirmou estar despreparada *"para trabalhar a disciplina"*. Essa atitude compreendida como "omissa", afirma Dall'Alba (1992, p. 63), já é uma forma de participação. Para Nunes e Silva (2000, p. 118), a postura dos educadores que evitam abordar a discussão sobre a sexualidade infantil ou não buscam informações para seu aperfeiçoamento, está radicados na omissão e na irresponsabilidade, pois abdicam da educação integral da criança, tão reclamada por todos os educadores tidos como progressistas e que possuam alguma dimensão de responsabilidade ética sobre sua função social e educacional.

Todas as outras entrevistadas conseguiram detectar intervenções pedagógicas diante das manifestações sexuais de seus alunos, sendo que 65,2% das professoras afirmaram estabelecer diálogos com seus alunos como forma de intervenção. Enquanto isso 21,7% afirmou não saber lidar com manifestações, mas mesmo assim atuavam frente às manifestações. Outros 4,3% afirmou ter agredido verbalmente os alunos

quando estes manifestavam sua sexualidade, 4,3% encontrou como solução para seus problemas evitar deixar os alunos sozinhos na sala de aula. Uma outra forma de ação encontrada foi o de preencher o tempo do aluno com atividades (4,3%), evitando-se dessa forma as expressões sexuais dos alunos.

Diante das respostas obtidas, foi necessário o estabelecimento de uma análise dos diálogos travados entre os alunos e os professores. Que tipo de “conversas” esses professores proporcionam aos seus alunos? Será que eles proporcionam o exercício de uma sexualidade saudável? Ou estigmatizam ainda mais os alunos portadores de deficiência mental? Observou-se que os professores privilegiam os aspectos biológicos da sexualidade em suas abordagens em detrimento de outros aspectos pertinentes ao assunto, como podemos vislumbrar nas palavras de uma professora (S6): *“São abordados e se refere (a educação sexual) a termos como doenças sexualmente transmissíveis, que a gente pode (trabalhar) o corpo do próprio adolescente sobre desenvolvimento, o desenvolvimento como um todo, na própria parte sexual mesmo, de como está sendo desenvolvido e que ele percebe o desenvolvimento.”* Percebe-se a tendência dos professores em associarem a temática sexual às doenças sexualmente transmissíveis para explicar a sexualidade. Embora sob o pretexto da prevenção, tal fato evidencia um olhar limitado sobre a sexualidade no deficiente mental.

Outra questão que chama bastante atenção no discurso dos professores é o da ligação entre o exercício da sexualidade e a aquisição de responsabilidade e maturidade para tal. Nas palavras dos professores:

S7 - Mas é que vocês têm que trabalhar, têm que estudar, têm que ver. O que é que sua mãe diz?

S12 - [...] você tem que saber como fazer, com quem fazer, tem que se prevenir, tem que usar camisinha, tem que saber tudo isso do sexo, pra você, quando for ter uma relação sexual, você vai ter assim uma maturidade com responsabilidade, isso sempre eu tou passando pra eles...”

S14 - [...] pergunto pra eles se eles trabalham, sempre tem que perguntar a perspectiva de vida deles [...]

S15 - Eu digo, ‘ah, vocês vão casar, agora tenham calma, vocês vão trabalhar primeiro pra ter dinheiro na mão, pra depois você casar, porque não tem condições de você casar sem você ter dinheiro pra sustentar a esposa’.

Segundo Bernardi (1985) o significado de ser responsável é o de inserir-se “ordinariamente e docilmente no mecanismo social, aceitar suas imposições, ‘constituir uma família’, adaptar-se a um trabalho ‘normal’, ter sucesso, conseguir alcançar uma certa posição econômica, e sobretudo ter a idade certa.” (BERNARDI, 1985, p.41) Serão realmente necessárias todas essas “qualidades” para se exercer a sexualidade? E como exigir tudo isso daqueles que historicamente vêm sofrendo um processo de segregação? Onde podemos inserir o deficiente mental diante desses padrões dos sexualmente “aptos”? Responsabilidade, como observamos nos falas dos professores, está intimamente ligada à palavra “maturidade”. Ainda de acordo com Bernardi (1985)

a palavra "maturidade" implica em se ter alcançado um determinado nível evolutivo, coincidente com as características dos adultos. Desta forma, crianças, jovens e aqueles que não podem ser classificados como "maduros", mesmo tendo atingido uma idade cronológica que o definiria como adulto, como é o caso dos portadores de deficiência mental, considerados eternas crianças, não poderiam nunca exercer uma atividade sexual, pois não se enquadrariam nesses modelos prescritos.

Deve-se, no entanto, compreender a maturidade como um processo onde "cada um é maduro em proporção ao quanto foi capaz de realizar ou está para realizar, bem como em proporção à sua capacidade de fazer, de pensar, de sentir e de participar ativamente de cada estágio da vida". (JERSILD apud BERNARDI, 1985, p. 43) Pensando-se a maturidade e, conseqüentemente, a responsabilidade através deste viés, não podemos considerar imaturos ou irresponsáveis aqueles que têm uma determinada limitação cognitiva, já que eles são responsáveis e maduros dentro de seus próprios limites e não nos limites socialmente estabelecidos. Esta afirmação não exclui a necessidade de restrições e de prevenção que devem ser incluídas na educação sexual desses sujeitos, e que, acredito, podem ser adquiridas a partir de intervenções pedagógicas apropriadas.

#### A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Este estudo não pretende culpar o professor, nem colocá-lo como causador da limitada educação sexual que é propagada nos estabelecimentos oficiais de ensino. Na verdade propõe demonstrar a falta de preparação destes profissionais para lidarem com tais questões. Também não é objetivo afirmar que a educação sexual diz respeito apenas ao espaço escolar, mas a escola é um grande espaço socializador e dela não podemos retirar a responsabilidade de realizar uma formação integral que inclua a temática sexual.

De fato, podemos constatar que há grande problema na formação profissional desses professores, pois quando perguntados sobre sua formação inicial em relação à educação sexual, 66,6% afirmou que a temática não havia sido abordada em suas graduações, enquanto que apenas 13,3% afirmou que esse assunto havia sido trabalhado. Mesmo assim, contatou-se que a formação trazia uma visão deturpada da sexualidade do deficiente mental já que segundo a professora S15: *"Ela (a professora) falou muito que o aluno com deficiência mental tem uma tendência muito pelo sexo, isso eu tive muito na faculdade, no quinto período por sinal."* Fica claro que essa "tendência maior pelo sexo" ou "exacerbação" da sexualidade é algo que não corresponde à realidade. Contudo, essa não é uma visão exclusiva do professor, mas de muitos outros profissionais da educação especial, como apontam os estudos de Assumpção e Sprovieri (1987) e Denari (1997), pois o desenvolvimento sexual do deficiente mental é ainda muito pouco estudado e como há déficit relativo aos mecanismo de repressão e autocritica, muitas manifestações que deveriam ser vistas como apenas mais espontâneas e transparentes, terminam sendo classificadas como um distúrbio de conduta. Ocorre que o professor tem dificuldades de lidar com

qualquer manifestação ou curiosidade do tema sexualidade: ele crê que os deficientes têm uma sexualidade exacerbada, patológica, sem saber que ela é igual a dos demais, diferindo apenas na sua forma de controle das curiosidades e manifestações. Sendo assim, não se deve compreender esse ajustamentos da sexualidade do deficiente mental como falho ou anormal, mas como " condutas apreendidas através de experiências próprias decorrentes de sua relação com o ambiente, relação única e característica." (ASSUMPÇÃO e SPROVIERI ,1987, p. 20)

Dentre as outras professoras 6,6% afirmou ter sido essa temática abordada em especializações, outros 6,6% disse que a educação sexual havia sido estudada superficialmente em sua graduação e mais 6,6% declararam que o tema foi trabalho em outros cursos realizados. Observou-se que ao relatarem sua formação em educação sexual as professoras enfatizavam uma formação baseada em aspectos biológicos como relata a professora S13: "[...] a abordagem, o assunto era assim só sobre ato sexual, o começo, o início, hoje é mais profundo por causa da AIDS, abordava sobre as DSTs."

Nunes e Silva (2000) constataram em seu estudo que a ausência de fundamentos científicos na análise dos comportamentos sexuais, levam o professor a basear-se "sempre nos elementos mais conservadores e tradicionais de uma cultura repressiva e negativista do sexo e suas dimensões, reforçada pela família, pela religião e pela própria escola." (NUNES e SILVA, 2000, p. 68) A má formação propaga a ignorância sobre a sexualidade e retira do professor a possibilidade de ser um agente facilitador da inclusão social dos portadores de deficiência mental, já que a dimensão sexual é um aspecto importante na vida de qualquer ser humano, e isso não é diferente no caso dos deficientes mentais. Desta forma, se o professor trabalha esse aspectos sob um viés tradicional, baseado no senso comum e patologizante, está contribuindo para a exclusão e conseqüentemente, para em favor da segregação.

## CONCLUSÕES

Como o presente estudo ainda está em andamento e novos desdobramentos são esperados, após análise de outras categorias a serem extraídas dos discursos obtidos, as discussões foram centradas nos tópicos citados na metodologia, o que permite estabelecer algumas considerações para fechar a exposição acima, à guisa de conclusão.

Os reflexos da má formação do professor, como a pesquisa aponta, são claros, pois como constatou-se, a realidade presente no dia-a-dia do professor de crianças, adolescentes e adultos portadores de deficiência mental deixa-o perplexo, confuso, evasivo nas respostas e sem metas pedagógicas definidas quanto ao assunto. Diante disso, conclui-se que há necessidade urgente de uma preparação adequada, compensatória das lacunas na formação acadêmica do professor, para lidar com a sexualidade do aluno no cotidiano escolar. Percebe-se que este objetivo pode ser alcançado por meio de uma formação contínua que desenvolva os conhecimentos e as competências necessárias ao pleno andamento de seu trabalho.

Também, observou-se que não há material bibliográfico, iconográfico, modelos anatomo-fisiológicos, de multimídia ou qualquer apoio audiovisual, de suporte suficiente para que o professor possa ser auxiliado a lidar com o tema. É evidente que estes dois fatos podem ser solucionados a partir de iniciativas governamentais que possam proporcionar o material de apoio específico ao tema da sexualidade, conjugado aos processos de capacitação do professor.

## REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, F. B.; SPROVIERI, M. H. S. *Sexualidade e deficiência mental*. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1987.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 2. ed. Lisboa: edições 70, 1997.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MECSEF, 1998.
- BERGO, M. S. A. A. *Um estudo sobre a educação especial em Sergipe*. São Paulo: FEUSP, 2000. Tese de Doutorado.
- BERNARDI, M. *A deseducação sexual*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- DALL'ALBA, L. *Sexualidade e deficiência mental: concepção do professor*. 1992. 70f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- DENARI, F. E. Sexualidade e deficiência mental: reflexões sobre conceitos. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília: Unesp-Marília-Publicações, v.8, n.1, p. 9-14, 2002.
- DENARI, F.E. *O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera*. São Carlos: PPGE/UFSCAR. Tese de Doutorado, 1997.
- FREITAS, M. R. *Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais*. 1996. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- GLAT, R.; FREITAS, R. C. *Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema*. 1. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, vol. II)
- GONDRA, J. G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. vol. 1. 2000. 181f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LALONI, D. T. Exacerbação sexual. In: ZAMIGNANI, D. R. *Sobre comportamento e cognição: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos*. São Paulo: ARBytes, v. 3, p. 189-205, 1997.
- LIPP, M. N. *Sexo para deficientes mentais: sexo e excepcional dependente e não-dependente*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- MAIA, A. C. B. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília: Unesp-Marília-Publicações, v.7, n.1, p. 35-46, 2001.

NUNES, C.; SILVA, E. *A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROCHA, H. H. P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. *Caderno Cedes*, ano XX, n° 52, novembro, p. 1-19, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 06 de fevereiro de 2002.

---

Recebido em 28/08/03  
Aceito em 20/12/03